

SE Narandiba S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
SE Narandiba S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SE Narandiba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SE Narandiba S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

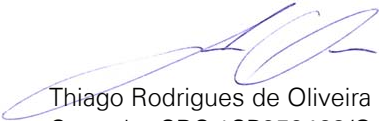
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7



SE NARANDIBA S.A.

Demonstrações
Financeiras

31 de dezembro de 2019



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	14
5. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL).....	15
6. FORNECEDORES.....	16
7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	16
8. ENCARGOS SETORIAIS	17
9. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS	17
10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	18
11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	18
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
13. RECEITA LÍQUIDA	20
14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	21
15. RESULTADO FINANCEIRO	21
16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	22
17. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	22
18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS.....	22
19. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO	24
20. SEGUROS	25
21. EVENTOS SUBSEQUENTES	26

SE NARANDIBA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.384	2.940
Contas a receber de clientes e outros	5	1.368	1.796
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3	2
Outros tributos a recuperar		38	36
Despesas pagas antecipadamente		54	1
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	16.858	14.807
Outros ativos		39	51
Total do circulante		<u>20.744</u>	<u>19.633</u>
Não circulante			
Outros tributos a recuperar		5.151	5.121
Depósitos judiciais	12	99	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	172.728	166.541
Total do não circulante		<u>177.978</u>	<u>171.662</u>
Total do ativo		<u><u>198.722</u></u>	<u><u>191.295</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SE NARANDIBA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	7	724	421
Empréstimos e financiamentos	8	6.552	13.585
Encargos setoriais	9	15	115
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11.1	98	142
Outros tributos a recolher	11.2	169	88
Dividendos, juros sobre capital próprio e restituição de capital	13	25.483	25.483
Outros passivos		44	5
Total do circulante		33.085	39.839
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	3.806	9.501
Encargos setoriais	9	240	173
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	5.840	5.586
Provisões	12	104	-
Outros passivos		56	18
Total do não circulante		10.046	15.278
Patrimônio líquido			
Capital social	13	67.654	63.239
Reservas de lucros		87.937	72.939
Total do patrimônio líquido		155.591	136.178
Total do passivo e patrimônio líquido		198.722	191.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SE NARANDIBA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida	14	22.162	18.879
Custos dos serviços		(5.589)	(2.213)
Custos de operação	15	(2.019)	(2.213)
Custos de construção		(3.570)	-
Lucro bruto		16.573	16.666
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosas	15	(2)	(21)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	15	(278)	(414)
Lucro operacional		16.293	16.231
Receitas financeiras	16	156	81
Despesas financeiras	16	(700)	(1.705)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.749	14.607
Imposto de renda e contribuição social		(751)	(625)
Corrente	10	(497)	(510)
Diferido	10	(254)	(115)
Lucro líquido do exercício		14.998	13.982
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		0,2217	0,2211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SE NARANDIBA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	14.998	13.982
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>14.998</u>	<u>13.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SE NARANDIBA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros							Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucro a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2018	57.654	2.022	-	-	6.909	5.796	-	72.381
Aumento de capital social	5.585	-	-	-	-	-	-	5.585
Aplicação inicial CPC 48	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Aplicação inicial CPC 47	-	-	-	-	-	-	46.973	46.973
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.982	13.982
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	3.047	-	-	-	-	(3.047)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	60.961	-	(5.796)	(55.165)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(2.731)	(2.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.239	5.069	-	60.961	6.909	-	-	136.178
Aumento de capital social	4.415	-	-	-	-	-	-	4.415
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	-	14.998	14.998
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	750	-	-	-	-	(750)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	10.686	-	-	-	(10.686)	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	3.562	-	(3.562)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	67.654	5.819	10.686	60.961	10.471	-	-	155.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SE NARANDIBA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
		(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.998	13.982
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	751	625
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	678	1.457
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	95	-
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	2	21
Atualização das provisões para contingências e desmantelamento	9	-
	16.533	16.085
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	426	(377)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	(1)	76
Outros tributos a recuperar	(32)	-
Depósitos judiciais	(95)	-
Despesas pagas antecipadamente	(53)	(1)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(8.238)	(3.737)
Outros ativos	12	(23)
	(7.981)	(4.062)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	303	148
Encargos setoriais	(33)	71
Encargos de dívidas pagos	(2.884)	(3.570)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(541)	(338)
Outros tributos a recolher	81	(89)
Outros passivos	77	15
	(2.997)	(3.763)
Caixa oriundo das atividades operacionais	5.555	8.260
Atividades de financiamento		
Resgate de ações	4.415	5.585
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(10.526)	(12.181)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(6.111)	(6.596)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(556)	1.664
Caixa e equivalentes no início do exercício		
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.940	1.276
	2.384	2.940
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(556)	1.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SE NARANDIBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SE NARANDIBA S.A. (“SE Narandiba” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2008 com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em 03 de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011 e o contrato de concessão de transmissão 004/2009 ANEEL foi outorgado em 28 de janeiro de 2009 com vigência de 30 anos. Através da resolução autorizativa nº 3.230, publicada no dia 15 de dezembro de 2011, a SE NARANDIBA S.A foi autorizada a implantar reforços nas instalações da subestação Narandiba com a instalação de um novo transformador de 100 MVA 230/69kV. A obra foi concluída em fevereiro de 2014.

Além do Contrato citado anteriormente, a Companhia sagrou-se vencedora dos leilões 06/2011 (realizado em 16/12/2011) e 05/2012 (realizado em 06/06/2012), cujos objetos correspondem às Subestações de Extremoz II e Brumado II 230/138kV, respectivamente.

As instalações do contrato de concessão 009/2012, assinado em 10/05/2012, referente à subestação Extremoz II, iniciaram a operação comercial 03/07/2015. Já as instalações do contrato de concessão nº 023/2012, assinado em 27/08/2012, referente à subestação Brumado II 230/138kV, iniciaram a operação comercial em 23/09/2014.

Ainda em relação ao contrato de concessão 009/2012, encontra-se em operação comercial desde o dia 15/05/2016 o quinto bay de 69kV da SE Extremoz II, construído para atender ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 2 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 20 – Estimativa do Valor Justo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa 6;
- (ii) critério de atualização do passivo fiscal diferido, vide nota explicativa 10;
- (iii) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; vide nota explicativa 5;
- (iv) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 20;
- (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 12;

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado.

b) Contrato de concessão de serviços públicos – Ativo contratual

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre a receita bruta, após a aplicação da margem de presunção exigidas pela legislação tributária brasileira.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

f) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. Vide nota explicativa 2.5 b).

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias de aplicações financeiras, encargos de dívida e provisões.

3. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitidas em 26 de abril de 2019.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

SE NARANDIBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício		13.982	-	13.982
Remuneração do ativo contratual	(a)	(17.974)	17.974	-
Outros		2.103	-	2.103
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		(15.871)	17.974	2.103
Concessão serviço público (ativo contratual)	(a)	14.237	(17.974)	(3.737)
Outros		(325)	-	(325)
(Aumento) redução de ativos operacionais		13.912	(17.974)	(4.062)
Aumento (redução) de passivos operacionais		(3.763)	-	(3.763)
Caixa oriundo das atividades operacionais		8.260	-	8.260
Geração de caixa em atividades de financiamento		(6.596)	-	(6.596)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.664	-	1.664

- a) Após a adoção do CPC 47 / IFRS 15, a Administração manteve a remuneração do ativo contratual como ajuste para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais, entretanto, considerando que operar e manter a linha de transmissão é parte da operação da Companhia, após reavaliação, a Administração decidiu reclassificar as movimentações do ativo contratual realizadas durante o exercício de 2018, do grupo de ajuste ao lucro para o grupo de variação de ativos operacionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	15	7
Fundos de investimento	2.369	2.933
	<u>2.384</u>	<u>2.940</u>

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo	2.369	2.930
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	3
	<u>2.369</u>	<u>2.933</u>

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Títulos a receber		1.418	1.844
Terceiros	(a)	223	250
Partes relacionadas (nota 17)	(a)	1.195	1.594
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(b)	(50)	(48)
Total		<u>1.368</u>	<u>1.796</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

a) Títulos a receber

São contas de fornecimento de energia com os diversos agentes de mercado.

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PPECLD		Total	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Distribuidoras	1.366	2	50	1.418	1.844	(50)	(48)	1.368	1.796
Total	<u>1.366</u>	<u>2</u>	<u>50</u>	<u>1.418</u>	<u>1.844</u>	<u>(50)</u>	<u>(48)</u>	<u>1.368</u>	<u>1.796</u>

b) PPECLD

	PPECLD
Saldos em 1º de Janeiro de 2018	(15)
Adoção inicial CPC 48/IFRS 9	(12)
Adições	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(48)
Adições	(3)
Reversões	1
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(50)

6. **CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)**

A tabela a seguir resume a conciliação do impacto do modelo de ativo financeiro (ICPC 01/ IFRIC 12) para o modelo de ativo contratual (CPC 47/ IFRS 15), bem como a movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia:

	Ref.	Custo
Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (transferência do ativo financeiro)		127.031
Determinação de taxa fixa no início do projeto do Ativo Contratual versus um modelo de taxa variável no modelo de Ativo Financeiro	(a)	9.556
Estimativa de investimento futuro que afetava a projeção de fluxo de caixa descontado no modelo de Ativo Financeiro	(b)	850
Alocação de margem na receita de O&M para 2018, enquanto para 2017 a margem era zero	(c)	40.175
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido)	(e)	50.581
Saldo em 1º de janeiro de 2018		177.612
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		(14.237)
Remuneração do ativo contratual		17.973
Saldo em 31 de dezembro de 2018		181.348
Adições		4.641
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício		(14.806)
Remuneração do ativo contratual		18.403
Saldo em 31 de dezembro de 2019		189.586
Circulante		16.858
Não circulante		172.728

- (a) Impacto pela alteração da taxa de desconto variável utilizada no modelo do ativo financeiro por uma taxa fixa no modelo de ativo de contrato, conforme determina o parágrafo nº 64 do CPC 47.
- (b) No modelo do ativo financeiro aplicado até 2017 era considerado no cálculo a estimativa de investimento futuro, valores estes que trazidos a valor presente até a data da adoção inicial representavam R\$850 de redução no valor do ativo financeiro.
- (c) No modelo de cálculo do ativo contratual, a receita de operação e manutenção (O&M) passou a ser registrada acrescida de margem, dessa forma, a RAP líquida da receita de O&M fica maior, aumentando o valor do ativo contratual no montante de R\$40.175 quando comparado com o modelo do ativo financeiro.
- (d) Impacto total na adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018.

SE NARANDIBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

7. FORNECEDORES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Materiais e serviços		
Terceiros	304	302
Partes relacionadas (nota 17)	420	119
Total	<u>724</u>	<u>421</u>

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Composição do financiamento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Brasil	8.371	14.956
IBM	1.987	8.130
	<u>10.358</u>	<u>23.086</u>
Circulante	6.552	13.585
Não circulante	3.806	9.501

A Companhia possui contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tendo o Banco do Brasil como repassador dos recursos. Esses contratos tiveram como finalidade aporte de recursos na SE Narandiba, SE Brumado II e SE Extremoz II. As captações ocorreram entre 2010 e 2014 e têm vencimento entre 2020 e 2023 com amortizações mensais.

Com o Banco IBM foram firmados contratos de empréstimos com a finalidade de manter saldo mínimo no caixa e para aquisição de equipamentos de TI. Os recursos foram captados em 2014 e 2015 e possuem vencimento em 2019 e 2020 com amortizações semestrais.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	5.695
2021	1.718	1.718
2022	1.718	1.718
2023	370	370
Total obrigações	<u>3.806</u>	<u>9.501</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	17.352	20.028	37.380
Encargos	1.454	-	1.454
Variação monetária cambial	3	-	3
Transferências	10.527	(10.527)	-
Amortizações e pagamentos de principal	(12.181)	-	(12.181)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias, cambiais e swap liquidadas	(3.570)	-	(3.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>13.585</u>	<u>9.501</u>	<u>23.086</u>
Encargos	682	-	682
Variação monetária cambial	-	-	-
Transferências	5.695	(5.695)	-
Amortizações e pagamentos de principal	(10.526)	-	(10.526)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias, cambiais e swap liquidadas	(2.884)	-	(2.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>6.552</u>	<u>3.806</u>	<u>10.358</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

b. Mutações de saldos

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (a)	31/12/2019
	31/12/2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros		
Empréstimos e financiamentos	23.086	-	(10.526)	(2.884)	682	10.358

	Fluxo de caixa				Alterações em não caixa (a)	31/12/2018
	01/01/2018	Captações	Amortizações de principal	Pagamentos de juros		
Empréstimos e financiamentos	37.380	-	(12.181)	(3.570)	1.457	23.086

(a) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros e baixa dos custos de transação referentes a dívida.

9. ENCARGOS SETORIAIS

	2019	2018
Reserva global de reversão – RGR	-	45
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	15	12
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	234	225
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica – TFSEE	4	4
Ministério de minas e energia - MME	2	2
Total	255	288
Circulante	15	115
Não circulante	240	173

10. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	2019		2018	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	(15.167)	(3.792)	(14.508)	(3.627)
Contribuição social	(22.750)	(2.048)	(21.762)	(1.959)
Total		(5.840)		(5.586)

SE NARANDIBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita da atividade	15.198	15.198	16.464	16.464
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	<u>1.216</u>	<u>1.824</u>	<u>1.317</u>	<u>1.976</u>
Receitas financeiras	156	156	81	81
Base de cálculo para imposto de renda e contribuição social	<u>1.372</u>	<u>1.980</u>	<u>1.398</u>	<u>2.057</u>
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social no exercício	343	178	349	185
Adicional de imposto de renda e contribuição social	(24)	-	(24)	-
IR/CS diferidos – ativo contratual	165	89	75	40
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>484</u>	<u>267</u>	<u>400</u>	<u>225</u>
Corrente	319	178	325	185
Recolhidos e pagos	215	136	212	128
A pagar	60	38	88	53
Compensados e deduzidos	44	4	25	4
Diferido	165	89	75	40
	<u>484</u>	<u>267</u>	<u>400</u>	<u>225</u>

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

11.1 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2019	2018
Imposto de renda – IR	60	89
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	38	53
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>98</u>	<u>142</u>
Circulante	98	142

11.2 Outros tributos a recolher

	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	25	-
Programa de integração social – PIS	8	10
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	37	44
Imposto sobre serviços – ISS	17	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	82	34
	<u>169</u>	<u>88</u>
Circulante	169	88

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

SE NARANDIBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A movimentação das provisões para contingências está detalhada abaixo:

	<u>Cível</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Constituições	95
Atualização	9
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>104</u></u>

Cível

Referem-se à ações de natureza fundiária, que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel ações de natureza indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo danos materiais cujos valores são atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 446 (R\$ 401 em 31 de dezembro de 2018), referente à ação indenizatória, à terceiros, por danos causados durante a instalação das redes de transmissão.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2019</u>
Cíveis	99
Total	<u><u>99</u></u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 67.654 (R\$ 63.239 em 31 de dezembro de 2018) dividido em 67.654.000 ações ordinárias (63.239.000 ações ordinárias em 2018), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

<u>Acionista</u>	<u>Lote de mil ações ordinárias</u>		<u>R\$</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	
Neoenergia	67.654	100,00	67.654
Total	<u><u>67.654</u></u>	<u><u>100,00</u></u>	<u><u>67.654</u></u>

Em 2019 a Companhia aumentou capital social no montante de R\$4.415, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	14.998	13.982
Média ponderada das ações emitidas	67.654	63.239
Lucro básico e diluído por ação – R\$	<u><u>0,2217</u></u>	<u><u>0,2211</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Reserva legal

Em conformidade com a Lei 6.404/1976, as companhias brasileiras são requeridas ao final de cada exercício a constitui a reserva legal, que é calculada com base em 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	14.998	13.982
Constituição de reserva legal (5%)	<u>(750)</u>	<u>(3.047)</u>
Lucro líquido ajustado passível de distribuição	<u>14.248</u>	<u>10.935</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	<u>3.562</u>	<u>2.731</u>
<u>Dividendos pagos e propostos:</u>		
Dividendos declarados	-	2.731
Reserva especial de dividendos não distribuídos	3.562	-
Total bruto	<u>3.562</u>	<u>2.731</u>

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

Saldos em 1 de janeiro de 2018	22.752
Declarados	<u>2.731</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>25.483</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>25.483</u>

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

14. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de operação e manutenção		1.607	3.100
Remuneração do ativo contratual		18.403	17.974
Receita de construção		4.700	-
Ganho/(Perda) na RAP		(6.274)	(9.665)
Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT		<u>4.999</u>	<u>8.793</u>
Total receita bruta		<u>23.435</u>	<u>20.202</u>
(-) Deduções da receita bruta	(a)	<u>(1.273)</u>	<u>(1.323)</u>
Total receita operacional líquida		<u>22.162</u>	<u>18.879</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Região geográfica						2018
	2019						Total
	Sul	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Total	Total
Receita de operação e manutenção	91	98	1.130	76	212	1.607	3.100
Remuneração do ativo contratual	1.038	1.118	12.945	873	2.429	18.403	17.974
Receita de construção da infraestrutura da concessão	265	286	3.306	223	620	4.700	-
Ganho/(Perda) na RAP	(354)	(381)	(4.413)	(298)	(828)	(6.274)	(9.665)
Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CCT	282	304	3.516	237	660	4.999	8.793
Total da receita bruta	1.322	1.424	16.484	1.112	3.093	23.435	20.202
(-) Deduções da receita bruta	(72)	(77)	(895)	(60)	(168)	(1.273)	(1.323)
Total da receita operacional líquida	1.250	1.346	15.589	1.052	2.925	22.162	18.879

(a) Deduções da receita bruta: as deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2019	2018
Impostos e contribuições		
PIS	(99)	(108)
COFINS	(456)	(493)
Encargos setoriais		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(532)	(524)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(139)	(147)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(47)	(51)
Total	(1.273)	(1.323)

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custo / Despesas	2019			2018
	Custos de operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(171)	-	(171)	(84)
Serviços de terceiros	(1.664)	(202)	(1.866)	(2.179)
Arrendamentos e aluguéis	(27)	-	(27)	(4)
Provisões para contingências, líquidas	-	(3)	(3)	-
Outros custos e despesas	(157)	(73)	(230)	(360)
Total custos / despesas	(2.019)	(278)	(2.297)	(2.627)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	152	81
Atualização de depósitos judiciais	4	-
Total	156	81
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(680)	(1.456)
Variações monetárias e cambial - dívida	(2)	-
IOF	(2)	(5)
Encargos P&D/PEE	(12)	(12)
Outras despesas financeiras	(4)	(232)
Total	(700)	(1.705)
Resultado financeiro líquido	(544)	(1.624)

SE NARANDIBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2019	2018	2019	2018
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
COELBA		761	1.388	9.035	10.631
CELPE		4	5	44	47
COSERN		410	191	3.142	2.648
ITAPEBI		-	-	3	3
TERMOPERNAMBUCO		-	1	5	5
NORTE ENERGIA S.A.		12	-	119	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		-	-	4	4
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.		-	-	3	-
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIRES		3	4	41	37
ELEKTRO REDES		5	5	54	61
		1.195	1.594	12.450	13.436
Serviços administrativos					
COSERN		(1)	(18)	(10)	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S/A	(a)	(419)	(101)	(1.296)	(1.185)
		(420)	(119)	(1.306)	(1.185)
Dividendos e JSCP					
NEOENERGIA S/A		(25.483)	(25.483)	-	-
		(25.483)	(25.483)	-	-
TOTAL		(24.708)	(24.008)	11.144	12.251
Circulante		775	1.475	-	-
Não circulante		(25.483)	(25.483)	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.

18. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

19. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a. Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c. Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

d. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 2.369 (R\$ 2.933 em 31 de dezembro de 2018) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2020	2021	2022	2023
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	10.358	10.714	-	6.750	1.816	1.765	383
Fornecedores	724	724	724	-	-	-	-

e. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	AA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.384	2.940
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.368	1.796
Concessão do serviço público - recebíveis transmissoras	189.586	181.348

f. Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	2.369	104	(26)	(52)

20. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		1.368	1.368	1.796	1.796
Contas a receber de clientes e outros	2	1.368	1.368	1.796	1.796
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		2.384	2.384	2.940	2.940
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.384	2.384	2.940	2.940
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		11.082	11.082	23.508	23.508
Fornecedores	2	724	724	421	421
Empréstimos e financiamentos	2	10.358	10.358	23.086	23.086

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

(i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

21. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral - operações	30/11/2018 a 31/05/2020	100.000	35
Risco operacional - substâncias e usinas	31/05/2019 a 31/05/2020	140.811	108

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA
Presidente

Titulares

LEONARDO PIMENTA GADELHA
SOLANGE MARIA PINTO RIBEIRO
ROGÉRIO ASCHERMANN MARTINS

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Alessandro Alves
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
**Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores**

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor de Gestão de Pessoas

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia
CRC-RJ-091476/0-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **SE NARANDIBA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.337.920/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

Luis Alessandro Alves
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Bruno Cavalcanti Coelho
Diretor de Gestão de Pessoas

Eduardo Capelastegui Saiz
Diretor de Planejamento e Controle

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor Regulação